

REQUERIMENTO

Governo Regional não pode responsabilizar pais e encarregados de educação por falta de computadores no ensino à distância

A 27 de abril, os deputados do PSD eleitos pela ilha do Faial, através de requerimento entregue na Assembleia Regional, questionaram o Governo Regional sobre os alunos sem acesso ao ensino à distância na ilha do Faial.

O ensino à distância foi a medida definida para proporcionar aos alunos a continuidade dos hábitos de estudo e momentos de aprendizagem em contexto da pandemia.

Depois de várias reclamações por parte dos pais e encarregados de educação, os deputados signatários denunciaram dificuldades de dezenas de crianças e das suas famílias no acesso ao ensino à distância.

O Governo Regional respondeu ao requerimento apresentado (Requerimento nº 870/XI), afirmando que “depois do anúncio público feito pelo Governo dos Açores, através da Secretaria Regional da Educação e cultura, de que seriam emprestados 1920 computadores, muitos encarregados de educação que não tinham respondido ou que tinham respondido que os seus educandos dispunham de equipamento, vieram solicitar o respetivo empréstimo.”

Com esta frase, o Governo dá a entender que a culpa foi dos pais, que anteriormente teriam respondido que os alunos dispunham de equipamento e depois do anúncio de empréstimo de computadores, teriam mudado de resposta e solicitado o equipamento.

Ora, segundo os pais e encarregados de educação e os próprios professores, o problema assentou no teor da “pergunta” que a Secretaria Regional da Educação e Cultura determinou que fosse colocada, pelo que não pode o Governo empurrar para terceiros as suas próprias responsabilidades.

Assim, importa que o Governo Regional esclareça se deu orientações às escolas para perguntarem aos pais e encarregados de educação se os seus educandos dispunham de “equipamento com ligação à internet”, o que inclui computadores, tablets e também telemóveis, ou se a questão colocada se centrou unicamente na disponibilidade de computador com ligação à internet.

O problema em análise foi relevante, e continua a sê-lo, face à incerteza quanto à evolução do contexto excecional que atravessamos e às suas potenciais consequências na modalidade de ensino em períodos do próximo ano letivo.

Neste ponto, o Governo deve garantir os meios necessários para que todos os alunos tenham condições de acesso ao ensino (inclusive na modalidade de ensino à distância), para não se aprofundar ainda mais a desigualdade no acesso à educação.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os deputados signatários solicitam ao Governo Regional dos Açores os seguintes esclarecimentos:

- 1- Qual foi a questão colocada aos pais por indicação da Secretaria Regional da Educação e Cultura? Em concreto, o Governo Regional dos Açores deu orientações às escolas para perguntarem aos pais e encarregados de educação “se dispunham de equipamentos eletrónicos com ligação à internet”, ou se tinham “computador”?



grupo parlamentar

2- O Governo Regional está a fazer alguma diligência para garantir os meios necessários para que todos os alunos tenham as mesmas condições de acesso ao ensino à distância, caso tal se mostre necessário no início do próximo ano letivo?

Horta, 5 de agosto de 2020

Os deputados regionais

Carlos Ferreira

Luís Garcia

